

ESCOLA DE QUALIDADE PARA CRIANÇAS DE 7 ANOS. TODAS?

Guiomar Namó de Mello

Impressiona em termos absolutos o número de crianças brasileiras com mais de 7 anos que estão fora da escola: mais de 2 milhões. E emociona o esforço para alcançá-las. Mas a verdade é que para dar **qualquer escola** a 2 milhões de crianças não é preciso muito: basta multiplicar os turnos escolares diários encurtando o tempo de aprendizagem, entupir as classes de alunos, congelar os recursos de manutenção e arrochar os salários dos professores. Esse filme já foi visto. E ainda se paga caro - em dinheiro, auto estima e massa cinzenta - pela desqualificação da escola obrigatória.

Se for apenas quantitativo o esforço necessário é residual. Se, além de garantir matrícula, queremos formar nos brasileiros do próximo milênio as competências necessárias para viver, conviver, conhecer, aprender, produzir, tomar decisões e ser protagonistas de seu próprio tempo, o desafio é imenso. Teremos de qualificar a escola obrigatória para as 2 milhões de crianças que estão fora e para as 27 milhões já absorvidas pelos sistemas de ensino. Causa por isso espanto e indignação a leviandade com que vem sendo tratada, em São Paulo, a questão da idade de matrícula no ensino fundamental.

A Constituição Federal não deixa de reconhecer a importância do atendimento da criança de 0 a 6 anos, mas é clara ao indicar que ele será feito na creche e na pré-escola. Não no ensino fundamental. E a Constituição Estadual paulista reforça esse princípio quando permite a matrícula nesse nível a partir dos 6 anos **“desde que plenamente atendida a demanda das crianças de sete anos de idade”** (grifo nosso).

Matrícula em escolas desqualificadas garante uma vaga, mas não atende plenamente. O advérbio, neste caso, não é uma figura de retórica. Significa qualidade, traduzida em melhores salários e programas de capacitação para os professores, em materiais didáticos adequados e suficientes para criar um ambiente estimulador da

aprendizagem significativa, em tempo e espaço adequados para ensinar e aprender. Tudo isso custa dinheiro. E requer tempo e dedicação profissional, para as quais o dinheiro, se não é suficiente, também não é dispensável.

Em São Paulo, 90% das matrículas de ensino fundamental são de responsabilidade da esfera estadual. São 4 milhões de alunos, mais de 5 mil escolas e um gigantesco aparato de gestão. E apenas 121, dos 625 municípios paulistas, oferecem ensino fundamental, num total de 726 mil vagas, das quais 70% (516.000 mil), concentradas na prefeitura da Capital. Apenas com os recursos estaduais, o “per capita” por aluno do ensino fundamental não chega a 600 reais por ano. Não consola dizer que é o dobro da média brasileira, pois estamos abaixo de qualquer nível minimamente suficiente para ofertar um ensino de boa qualidade. A maioria dos estados norte-americanos investe mais de 5 mil dólares por aluno/ano, a União Européia está insatisfeita com a média regional de 3 500 dólares e nossos parceiros do Mercosul, exceto a Bolívia, ultrapassam os 600 dólares nos gastos com seus alunos. Educação de qualidade custa caro. Os pais que pagam escola particular para seus filhos sabem disso. O dinheiro que o governo estadual tem para investir em cada aluno, durante um ano, é pouco mais do que custa uma boa escola particular por mês!

Qualidade na educação pública requer tempo e mobilização de recursos financeiros. E muita vontade política no cumprimento de prioridades. Só assim todas as crianças poderão ter acesso a uma boa escola no momento devido e em condições de permanência por tempo suficiente para aprender.

Há, portanto, uma pergunta que ainda não foi feita aos paulistas sobre a idade de matrícula na escola pública obrigatória. O que é melhor: matricular todos os alunos de 7, 6 ou até 5 anos na escola estadual, e abrir mão do esforço de qualificação já em andamento, ou priorizar os mais velhos e, a cada ano, qualificar um pouco mais a escola para acolher cada vez melhor uma nova coorte educacional de 7 anos?

Decidir pela matrícula das crianças mais novas com argumentos emotivos, sem responder àquela pergunta de modo responsável, pode ser uma boa oportunidade de parecer “politicamente correto” nos veículos de comunicação. Mas do ponto de vista educacional é demagógico. Em lugar de respeitar a criança pequena, desconhece sua necessidade de tratamento personalizado, em classes menos numerosas, com a atenção que requer o início da escolaridade. A escola pública paulista começa a dar os primeiros passos para chegar a

esse modelo programado para iniciar aos 7 anos e abrigar, durante oito anos letivos, oito coortes escolares.

Só a demagogia explica o recente clamor pela absorção de uma geração a mais antes que se regularize a vida dos alunos que, em virtude mesmo do crescimento caótico do passado, estão com sua escolaridade atrasada. E principalmente antes que se consolide um regime mais ordenado de colaboração entre estado e municípios. Nessas condições, é preciso priorizar a matrícula de acordo com a capacidade de atender dentro de padrões aceitáveis de qualidade. Isso significa limitá-la, em 1998, aos nascidos até meados de 1991. Oferecer aos alunos de 7 anos completos uma escola menor e mais organizada é meio caminho andado para terminar com o atraso, a recuperação, o desgaste do professores e o desperdício de recursos, permitindo que, no ano que vem, a escola possa receber melhor a coorte de 1992, hoje com 6 anos de idade.

São Paulo tem cerca de 300 000 crianças nessa faixa etária. Se as escolas do estado tivessem de absorvê-las significaria, durante oito anos no mínimo, distribuir pelo menos 1 milhão de livros didáticos adicionais por ano e 300 mil merendas a mais por dia, empregar 10 mil novos professores em classes que ocupariam mais metros quadrados. Ou, então, inchar as turmas de alunos, ou, ainda, criar um terceiro turno diurno. Tudo isso para antecipar o ingresso no ensino fundamental de crianças que poderiam estar em pré-escolas gratuitas, financiadas pelas prefeituras.

Não chega a 1 milhão o número de pré-escolares municipais em todo o Estado. Se do total da porcentagem de receita que os municípios devem dedicar à educação for descontada a parte obrigatória do fundamental, ainda sobram mais de 1 mil reais por aluno/ano para a educação infantil, tal como hoje dimensionada. É uma cifra próxima à dos países de primeiro mundo para o atendimento da criança até 6 anos. É mais do que o Estado gasta com um aluno do ensino médio. Há portanto margem de recursos para atender as 300 mil crianças de menos de 7 anos nas pré-escolas municipais.

São Paulo precisa com urgência de um pacto político pela educação, no qual a sociedade compareça como interlocutora qualificada dos poderes públicos. Qualificar a sociedade é informá-la de que, no Estado mais rico da nação, o sistema de ensino estadual é muito grande e muito mais pobre que os municipais, mais ricos porque inexpressivos quantitativamente. A questão é de uma aritmética cristalina: se dividirmos os recursos que o Estado deve colocar no ensino fundamental pelo número de alunos atendidos, temos um "per

capita" de 590 reais/ano. A mesma conta, feita com a soma dos recursos que os 621 municípios paulistas devem alocar a esse ensino, divididos pelos alunos que efetivamente atendem, chega a 2 645 reais/ano!

Esses dados esclarecem porque, com o "Fundão"¹, o "per capita" do estudante estadual aumenta de 590 para 850 reais, enquanto vários municípios, por não terem ensino fundamental, perdem parte de sua arrecadação. Em São Paulo, a implementação do "Fundão" vai obrigar esses municípios – pelo menos temporariamente – a abrir mão de parte desses recursos para que a distribuição do bolo total seja mais eqüitativa. A situação poderá ser regularizada se a municipalidade iniciar ou ampliar a oferta de ensino fundamental, saldando uma dívida antiga com as crianças paulistas em idade de freqüentar a escola obrigatória. Uma dívida, verdade seja dita, consentida por muitos governos estaduais. Felizmente, em Estados como os do Nordeste, por exemplo, cujas prefeituras arcam com mais da metade dos encargos do ensino obrigatório, o "Fundão" vai provocar exatamente o contrário, com expressivo aumento dos recursos municipais.

O ano eleitoral e o contexto de transição criado pelo início de operação do "Fundão", quando a maioria dos municípios sequer organizou sistemas próprios de ensino fundamental, explicam porque os políticos paulistas estão se opondo à restrição de matrícula para crianças com menos de 7 anos. Mais difícil é entender porque essa oposição, casuisticamente política, acaba sendo reforçada por decisões da Justiça, bem intencionadas, heróicas até, aparentemente populares, mas na verdade irresponsáveis com a qualidade do ensino fundamental da maioria das crianças do sistema público: as que hoje freqüentam nossas escolas estaduais.

¹ O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, criado por emenda constitucional aprovada pelo Congresso em fins de 96 é constituído com 15% da receita de impostos